

## INCLUSÃO ESCOLAR: PRÁTICAS QUE ENDOSSAM A EXCLUSÃO

Rayssa L. Barros De A. Pontes

O ambiente acadêmico da escola, muitas vezes, por mais que se proponha a ser um ambiente inclusivo, ou seja, de respeito às diferenças, na verdade, acaba por reforçar práticas excludentes e segregacionistas, especialmente, no que diz respeito às crianças que apresentam algum tipo de diagnóstico. Foi propriamente essa percepção que tive quando iniciei a minha primeira graduação em Pedagogia na UnB, e quando se apresentou a oportunidade de estagiar em escolas e ver, na prática, como funcionam os mecanismos de “inclusão”. Essa minha percepção ainda se mostra atual, mesmo agora em minha segunda graduação em Psicologia. No momento de Estágio Básico, trabalhei exatamente no contexto da educação especial, inclusiva e pude perceber que, na verdade, o cerne da problemática se assenta justamente nessa dicotomia inclusão-exclusão.

Nesse sentido, se mostra importante o esforço em investigar de que forma o modelo atual de escola inclusiva acaba por reforçar, na verdade, a exclusão, entendendo que práticas supostamente inclusivas presentes em escolas inclusivas terminam, ao final, por revelar um posicionamento exclusivo e segregacionista.

Inclusão é o ato de permitir, favorecer ou facilitar o acesso ao meio comum, indistintamente, seja ela inclusão escolar e/ou social. A inclusão escolar é um movimento social que visa modificar as relações criadas com as pessoas com deficiências. Mas de fato, o que se percebe é que atrelada à concepção de inclusão se encontra também a outra face da moeda: a exclusão. Isso porque só faz sentido, semanticamente falando, pensar no fenômeno da inclusão, quando na verdade se vive em uma sociedade que realiza práticas sociais de exclusão, sendo certo que só se busca incluir aquele que se encontra segregado, de forma também que qualquer prática que busque a inclusão só pode apresentar um caráter falacioso, ilusório, já que a própria concepção da inclusão já se encontra maculada (LOPES, 2005).

Para além dessa análise da correlação natural existente entre a inclusão e a exclusão, é preciso perceber que no cerne da discussão acerca da exclusão está a visão que se tem da diferença ou do diferente. A diferença é vista como deficiência que nos leva a práticas discriminatórias, porque as ideias são sempre correlatas a práticas. Enquanto discurso inclusivo, a diferença se faz presente, porém, enquanto prática, ela se associa a segregação e a exclusão.

A realidade da educação inclusiva ainda, infelizmente, se vale dessa lógica reducionista, do modelo biomédico, em que a diferença é enxergada unicamente pelo viés organicista: no

sentido de que as práticas educacionais e pedagógicas se revelam como práticas excludentes, na medida em que apresentam uma concepção que enfatiza o déficit ou a doença em si, ignorando o próprio sujeito e o reduzindo a um mero diagnóstico (KELLY, 2013).

Outra visão que acaba por reforçar a lógica da exclusão, quando na verdade se busca práticas inclusivas, é aquela que associa a deficiência à incapacidade, àquilo que falta. Isso ocasiona, fatalmente, a atribuição de uma característica de inferioridade àquele que apresenta alguma deficiência. É a lógica da normatização, da normalização, em que se busca determinar certo padrão, e aqueles que, por qualquer razão não se encaixam nesse padrão, são vistos como inferiores e colocados à margem.

Essa prática da normatização, de tentar encaixar as pessoas em determinado padrão, acaba justamente por corroborar a exclusão, por mais que se diga que por detrás dessa prática esteja o desejo de entender e de buscar soluções, a verdade é que referida prática apaga precisamente aquilo que pode ser a característica mais bela da humanidade, que é a diversidade. Na medida em que se busca esse padrão normal, essa regra geral, essa norma universal, se entende que a diferença é patológica e deve ser tratada como tal, ocasionando diversas limitações (MARQUES, 2015).

O esforço que deve ser feito é justamente entender que a diferença não pode ser vista como patológica; em outras palavras, é preciso deixar de atrelar a ideia de inclusão a uma concepção reducionista, a uma visão biomédica, uma vez que tal visão acaba por silenciar o sujeito. Essa questão do diagnóstico, por mais que seja uma discussão que pareça obsoleta, já que vem sendo discutida há tempos, traz a percepção de que há uma dissociação entre a teoria e prática. Isso porque na teoria há muito se sabe dos perigos que essa visão reducionista traz, no entanto, na prática, ainda se percebe a escola como sendo um espaço de exclusão e de patologização dos sujeitos.

Ao contrário da integração, na qual o aluno deve se adaptar às condições da escola, a inclusão prevê que as unidades de ensino devam se transformar para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos, de uma forma geradora de estigma, que não respeita a individualidade, nem tampouco os processos de subjetividade de cada aluno. E, para além disso, não há na formação dos professores um preparo para tal equidade, e nem para garantir um sistema mais igualitário, fato que torna esse ciclo ainda mais confuso. Garantir esse direito implica que o sistema de ensino seja reestruturado a partir de uma nova cultura, concretizada por meio de ótica excludente. Essa perspectiva se baseia no reconhecimento da diferença como

característica inerentemente humana, mas todos somos diferentes em condições e também em dimensões, e na compreensão da deficiência como fenômeno social.

## **REFERÊNCIAS**

**KELLY, B.O. A Mágica da Exclusão: Sujeitos invisíveis em salas especiais.** Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

**LOPES, N. Deficiência e Inclusão escolar.** Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade de Brasília. Brasília, 2005.

**MARQUES, C.P. Reflexões de uma aprendiz de antropólogo em Marte.** Trabalho de conclusão do Curso de Psicologia. Psicologia/FACES, UniCEUB, 2015.